

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA

SARA STEFÂNIA TRAVASSOS DE BRITO

LEITURA DOCUMENTÁRIA: estudo com Bibliotecários
Jurídicos na cidade de João
Pessoa

JOÃO PESSOA

2013

SARA STEFÂNIA TRAVASSOS DE BRITO

LEITURA DOCUMENTÁRIA: estudo com Bibliotecários
Jurídicos na cidade de João
Pessoa

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Biblioteconomia da Universidade Federal da Paraíba como requisito obrigatório para obtenção do grau de Bacharel.

Orientador(a): Prof^a. MS. Geysa Flávia Câmara de Lima Nascimento

JOÃO PESSOA

2013

FICHA CATALOGRÁFICA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

B862l Brito, Sara Stefânia Travassos de.
Leitura Documentária: estudo com Bibliotecários da área
Jurídica na cidade de João Pessoa / Sara Stefânia Travassos
de Brito -- João Pessoa, 2013.
56f.
Geysa Flávia Câmara de Lima Nascimento:
Monografia (Graduação) – UFPB/CCSA.
1. Leitura Documentária. 2. Bibliotecas Jurídicas.
3. Indexação.

UFPB

CDU: 02:028(043.2)

SARA STEFÂNIA TRAVASSOS DE BRITO

LEITURA DOCUMENTÁRIA: estudo com Bibliotecários
Jurídicos na cidade de João
Pessoa

Monografia apresentada ao Curso de
Graduação em Biblioteconomia da
Universidade Federal da Paraíba como
requisito obrigatório para obtenção do
grau de Bacharel.

Aprovado em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. MS. Geysa Flávia Câmara de Lima Nascimento

Orientador(a)

Prof^a. MS. Alba Lígia de Almeida Silva

Membro - UFPB

Prof^a. MS. Genoveva Batista do Nascimento

Membro - UFPB

A você Miguel, que com um simples e sincero sorriso me faz ser uma pessoa melhor a cada dia, além de me possibilitar enxergar um futuro tão próximo que me impulsiona a vencer os obstáculos que encontro pelo caminho só para te fazer feliz.

Tia Sara

AGRADECIMENTOS

A Jesus Cristo, que está sempre ao meu lado guiando e abençoando meus caminhos.

Aos meus avós maternos, Samaritana e Valentim, e aos meus avós paternos Antônia e Euclides - *in memoriam* - bem como ao meu tio materno Sérgio Túlio, que me passaram lições de vida valiosas.

Aos meus familiares, em especial, à minha mãe Márcia, que é minha fortaleza e que me proporcionou valores morais e mostrou, na prática, que a perseverança, mesmo diante das adversidades, é o caminho mais nobre.

Ao meu pai Euclides e meu padrasto Mitchel, pelo entusiasmo para a conclusão desta monografia, sempre me impulsionando para que nunca desista.

À minha tia-avó Sara que sempre se faz presente em todo o meu caminhar pela vida.

Às minhas irmãs Raissa, Alice e Marília. Em especial à Alice, que sempre está ao meu lado me apoiando e demonstrando sua cumplicidade para comigo.

Aos meus tios de coração Emília Barreto e Francisco de Paula Barreto, pelo apoio constante para nunca fraquejar perante as dificuldades.

Aos meus amigos, em particular Rosana Amâncio, que caminhou comigo por mais essa etapa difícil, que é a conclusão do curso, onde nos apoiamos uma na outra nos momentos difíceis, e que, juntamente com Ana Lúcia, Thaís Martins e Thainah Vaconcelos, contribuiu para este trabalho.

Aos meus professores do curso de Biblioteconomia, em especial minha Orientadora, Tia Geysa, a eterna Barbie, pelo crescimento do meu conhecimento e pelo incentivo ao amor à profissão.

“Em uma boa biblioteca, você sente, de alguma forma misteriosa, que você está absorvendo, através da pele, a sabedoria contida em todos aqueles livros, mesmo sem abrí-los.” (Mark Twain)

RESUMO

Apresenta a característica da subjetividade da indexação dos Bibliotecários Jurídicos na cidade de João Pessoa. Apresenta, ainda, o *modus operandi* desta atividade. A Leitura Documentária (LD) é como o pontapé para que iniciemos a atividade da indexação, já que esta é a ferramenta utilizada pelos profissionais bibliotecários para que se possa dar uma diretriz no momento da busca. Mostramos a indexação como meio de recuperação de informações. Utilizamos para tanto, como campo de pesquisa a Biblioteca do Centro de Ciências Jurídicas – CCJ/UFPB, a Biblioteca Dr. Hugo Rodrigues dos Santos – MPPB, a Biblioteca Desembargador Osias Nacre Gomes – TJ/PB, a Biblioteca Procurador João Jurema – TRE/PB e a Biblioteca Sociólogo Odilon Ribeiro Coutinho – TRT 13ª Região. Utilizou-se, ainda, a entrevista para que coletássemos os dados que precisávamos para complementar a pesquisa acerca da subjetividade no ato de indexar. Com a crescente informacional não há mais como trabalhar manualmente, tal trabalho seria moroso e os usuários seriam os maiores prejudicados. Nas bibliotecas jurídicas de João Pessoa esse tempo é poupado com os diferentes *softwares* que algumas possuem. O tempo é um fator primordial que não pode ser desperdiçado, e assim tem-se que fazer o possível para poupá-lo.

Palavras-chave: Informação. Indexação. Leitura Documentária. Bibliotecário Jurídico.

ABSTRACT

Has the characteristic of subjectivity indexing of Legal Librarians in the city of João Pessoa. It also presents the modus operandi of this activity. The Documentary Reading (LD) is like the kick we start the activity index, since this is the tool used by professional librarians who can give a guideline at the time of the search. Indexing means to show the information retrieval. Used for both, as a research field the Center Library of Juridical Sciences - CCJ / UFPB Library Dr. Hugo Rodrigues dos Santos - MPPB the Library Judge Osias Nacre Gomes - TJ / PB, the Library Attorney John Jurema - TRE / PB and Library Sociologist Odilon Ribeiro Coutinho - TRT 13th Region. It was used also for the interview coletássemos the data we needed to complement the research on subjectivity in the act of indexing. With the increasing informational no longer working manually, such work would be time consuming and users would be the biggest losers. In the law libraries of John Person's spared this time with different software that some have. Time is a key factor that can not be wasted, and so one has to do everything possible to save him.

Keywords: Information. Indexing. Documentary Reading. Legal Librarian.

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	13
1	INDEXAÇÃO	15
1.1	LINGUAGEM DOCUMENTÁRIA	17
1.2	ETAPAS DA INDEXAÇÃO	19
1.2.1	Indexação por Extração Automática e Indexação por Atribuição Automática	21
1.3	LEITURA DOCUMENTÁRIA	22
1.4	INDEXADOR	23
2	TRILHA METODOLÓGICA	26
2.1	INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO	26
2.2	UNIVERSO DA PESQUISA	27
2.3	CAMPO DA PESQUISA	28
2.3.1	CCJ – UFPB	28
2.3.1.1	<i>Setor de Indexação</i>	29
2.3.2	MP/PB	29
2.3.2.1	<i>Setor de Indexação</i>	30
2.3.3	TJ/PB	31
2.3.3.1	<i>Setor de Indexação</i>	32
2.3.4	TRE/PB	33
2.3.4.1	<i>Setor de Indexação</i>	34
2.3.5	TRT – 13ª Região	35
2.3.5.1	<i>Setor de Indexação</i>	35
2.4	PERÍODO DE REALIZAÇÃO	36
3	DADOS COLETADOS	37
3.1	ENTREVISTA	43
	GUIA DE (IN)CONCLUSÕES	47
	REFERÊNCIAS	51
	APÊNDICE	

LISTA DE TELAS

TELA 1	Livro 1	37
TELA 2	Livro 2	39
TELA 3	Livro 3	40
TELA 4	Livro 4	42

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1	Indexação “Adoção Internacional: Estatuto da Criança e do Adolescente e Convenção de Haia”	38
QUADRO 2	Indexação “Direito Civil Brasileiro v.6 Direito de Família”	40
QUADRO 3	Indexação “Medicina Legal”	41
QUADRO 4	Indexação “Tratado de Direito Penal parte especial 2: dos crimes contra a pessoa”	42

INTRODUÇÃO

Inicialmente, o presente trabalho monográfico foca sua análise no estudo com alguns Bibliotecários Jurídicos (BJ) na cidade de João Pessoa, pesquisando acerca da Leitura Documentária (LD), contribuindo para uma melhor explanação do assunto.

Procuramos demonstrar a relevância do Bibliotecário Indexador (BI) no que tange à capacidade de informar ao usuário, de forma rápida e precisa, através de dados colhidos de determinadas obras, dando-lhes a oportunidade de demonstrar como tal trabalho é feito, e de quantas formas ele pode ser elaborado atingindo o mesmo resultado, relatando de maneira eficaz e técnica as informações daquela obra, ora apresentada.

A preocupação central do trabalho, aqui apresentado, se dá quanto à forma que cada BJ vai se utilizar para indexar. Ainda que a técnica seja a mesma, a interpretação de cada profissional não vai ser igual ao dos demais profissionais. Todo Bibliotecário tem uma maneira ímpar de indexar.

A escolha do tema traça sobre a subjetividade que a atividade de indexação traz à tona quando o BI trabalha com a técnica e com seu ponto de vista. Descreve, ainda, a importância do uso das Linguagens Documentárias (LDs) para que possamos ter uma melhor recuperação da informação, auxiliando, assim, o usuário a interagir com o conteúdo.

A Leitura Documentária enfatiza o papel do BI, no caso concreto, o BJ, para que possamos analisar a subjetividade utilizada através de dados colhidos em diferentes Bibliotecas Jurídicas e com alguns Bibliotecários que assumem essa função de indexar as obras escolhidas.

Em razão da elaboração, o trabalho em questão foi feito através de análises de Leitura Documentária de cada Bibliotecário no momento em que desempenhava tal tarefa.

Foi feito, ainda, através de uma pesquisa qualitativa, levantamentos bibliográficos, publicações de periódicos, monografias e artigos divulgados na internet. O estudo envolve aspectos técnicos e sociais.

Na pesquisa qualitativa, trabalhamos o aspecto descritivo, assim, descrevemos a opinião de profissionais e analisamos o processo a partir da visão

destes profissionais. Fazemos uma correlação dos fatos colhidos e apresentamos seus resultados.

Diante do exposto, foram estabelecidos os seguintes objetivos deste estudo:

OBJETIVO GERAL

Avaliar o processo de indexação nas Bibliotecas Jurídicas na cidade de João Pessoa, promovendo reflexões sobre a adequação da representação dos termos no tratamento da informação.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ✓ Conhecer as fontes informacionais que permeiam a Ciência do Direito a partir da pesquisa do acervo bibliográfico nas Bibliotecas Jurídicas;
- ✓ Mostrar a importância do papel do Bibliotecário Jurídico no tratamento, recuperação e disponibilização da informação para os usuários dos serviços de uma biblioteca especializada em Direito;
- ✓ Identificar os descritores utilizados na representação dos livros jurídicos, verificando sua adequação para uma recuperação satisfatória da informação.

1 INDEXAÇÃO

O presente capítulo objetiva explanar, ainda que de forma sumária, a indexação, para tanto, faz-se necessário conceituá-la.

Indexação, segundo Houaiss (2009), é a “ação ou efeito de indexar. Ordenação em forma de índice; classificação. Inclusão de índice.” Temos, portanto, indexação, como a ação de indexar.

Conceituar algo requer requinte ao fazê-lo. Não há como conceituar algo sem priorizar aqueles que irão se embasar pela informação concedida. Portanto, fazem-se necessários a clareza e a objetividade. Como falado acima, indexação é o ato de indexar.

Em termos técnicos, indexação consiste, segundo Navarro (1999, *apud* SILVA e FUJITA, 2004 *apud* MAGALHÃES, 2009):

[...] em um processo destinado a identificar e descrever ou caracterizar o conteúdo informativo de um documento mediante a seleção das matérias sobre as quais versa (indexação sintética) ou dos conceitos presentes (indexação analítica) para sua expressão da língua natural e sua reunião em índice, com o objetivo de permitir posterior recuperação dos documentos pertencentes a uma coleção documental ou conjunto de referências documentais como resposta a uma demanda acerca do tipo de informação que este contém.

Segundo Chaumier (1988, p.63, *apud* BOCCATO et. al., 2009), “a indexação é a parte mais importante da análise documentária. Conseqüentemente é ela que condiciona o valor de um sistema documentário”.

Ainda segundo Neves (2006, p.42 *apud* BOCCATO, 2012):

[...] destaca a indexação enquanto “[...] processo intelectual que tem por base a compreensão do texto e a representação do documento [...]” a qual está “[...] intimamente ligada à abordagem do processamento da informação na psicologia cognitiva”

No pensamento da Professora Lilian Alvares, da Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília, ela toma a indexação como o “Processo de atribuir termos ou códigos de indexação a um documento, que serão úteis posteriormente na recuperação da informação.” (ALVARES, p.3).

Segundo Lancaster (2004):

[...] a indexação de assuntos é normalmente feita visando a atender às necessidades de determinada clientela, ou seja, é preciso que se tome uma decisão não somente quanto ao que é tratado no documento, mas por que ele se reveste de provável interesse para determinado grupo de usuários.

Comparando os pensamentos destes autores e estudiosos, percebemos a correlação no que tange ao assunto ora abordado. Observamos que a finalidade da indexação é a de atender a necessidade do usuário no momento em que este deseja realizar uma busca, facilitando-a. É a necessidade de recuperar conforme aquilo que o usuário quer.

Dessa forma, identificamos a indexação como o ponto de partida para uma fácil e rápida recuperação informacional, de maneira eficiente e rica em detalhes.

Adiante será abordada a questão cognitiva da indexação, que pode, por si só, resumir esta pesquisa como o fato de o Bibliotecário indexador utilizar-se de ferramentas mentais e não só sistemáticas para atingir seu objetivo, objetivo este que é o de disseminar a informação de maneira adequada aos que a buscam.

Surgindo após a Segunda Guerra Mundial, a indexação nasce como ferramenta de controle bibliográfico nos centros de documentação especializados, sendo atualmente utilizada para análise de assunto.

Normatizada pela NBR 12.676, os métodos para análise de documentos – determinação de seus assuntos e seleção de termos de indexação, de 1992 através da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), a partir da tradução da *International Standardization Organization* – (ISO) 5963 de 1985:

Fixa as condições exigíveis para a prática normalizada do exame de documentos, da determinação de seus assuntos e da seleção de termos de indexação. Destina-se aos estágios preliminares da indexação, não tratando de práticas de qualquer sistema de indexação, pré ou pós-coordenado. É dirigida aos sistemas de indexação nos quais os assuntos dos documentos são expressos de forma resumida, e os conceitos são registrados através dos termos de uma linguagem de indexação. Aplica-se especialmente a serviços de indexação independentes e a serviços de indexação em rede.

A partir desta Normatização podemos observar que a Leitura Documentária está inserida neste contexto, tendo em vista que se destina aos estágios

preliminares da indexação, sendo este também o papel da Leitura Documentária, como será abordada em tópico próprio.

1.1 LINGUAGEM DOCUMENTÁRIA

Há outro elemento importante na indexação: a linguagem. A Indexação, enquanto atividade que cria representações de conteúdos explícitos e implícitos, dos documentos utiliza-se de uma linguagem constituída de termos que podem ser armazenados ou usados para busca em linguagem natural ou convertidos para o vocabulário do sistema, ou seja, uma Linguagem Documentária (LD).

A (LD) pode ser considerada como uma ferramenta que representa a informação do documento de forma condensada.

Como bem preleciona Boccato (2009):

A linguagem documentária desempenha um papel fundamental na indexação e recuperação da informação. Quando a linguagem documentária não corresponde às necessidades de representação dos conteúdos dos documentos [...] afeta a atuação desses processos, comprometendo a realização de buscas e serviços.

Na mesma linha de pensamento, Lara (2004, p.232) condiciona o uso da Linguagem Documentária como ferramenta facilitadora da busca pela informação desejada:

A denominação Linguagem Documentária, além de referir-se ao conjunto dos diferentes tipos de instrumentos especializados no tratamento da informação bibliográfica (sistemas de classificação enciclopédicos ou facetados e tesouros), designa, de modo mais amplo e completo, a linguagem especialmente construída para organizar e facilitar o acesso e a transferência da informação.

Gustavo Henn diz, sabiamente, que através da LD os documentos exprimem o que têm a dizer: “Linguagem documentária é uma linguagem que vai fazer os documentos falarem.” (HENN, 2008)

A partir de Magalhães (2009) podemos diferenciar as LDs, umas das outras, com base nos critérios que um profissional se utiliza, quais sejam:

- I. Princípio de classificação ou de construção – hierarquia sistemática;
- II. Pela extensão do campo do conhecimento coberto - conjunto de conhecimentos;
- III. Tipos de palavras empregadas – simples ou complexas;
- IV. Tipos de relações entre as palavras – inexistentes ou submetidas (sintaxe);
- V. Tipo de arranjo – sistemático, alfabético, decimal, fechado;
- VI. Pelo número de línguas naturais controladas e pelo tipo de utilização.

É possível detalhar um documento através da análise da LD que é feita, ajudando a compreender seu conteúdo. A área jurídica será representada por meio destas linguagens, organizando e facilitando a procura do usuário por informações.

Quando utilizamos a LD corretamente, a probabilidade de ambiguidade da terminologia é quase inexistente. Tal prerrogativa garante uma disseminação informacional próxima à perfeição, já que o trabalho humano é passível de erros.

A LD é composta pela Linguagem Natural e pela Linguagem Artificial ou Controlada. Segundo Magalhães (2009), qualquer que seja a linguagem, esta deve ser atualizada com frequência. No que diz respeito à área jurídica, tal pensamento deve ser seguido à risca, já que o Direito é muito dinâmico e passa por constantes modificações.

Lopes (2002, *apud* MAGALHÃES, 2009, p.22), diferencia a Linguagem Natural da Linguagem Controlada:

A linguagem natural (LN) pode ser definida como a linguagem do discurso técnico-científico, e, no contexto da recuperação da informação, Lancaster (2004, p. 200) afirma que “a expressão normalmente se refere às palavras que ocorrem em textos impressos, considerando-se como seu sinônimo a expressão “texto livre”. Nas bases de dados, os campos de título e resumo registram os termos da LN, enquanto os campos de descritores, termos de indexação ou identificadores registram os termos da linguagem controlada (LC). Esta, denominada também vocabulário controlado, pode ser definida como um conjunto limitado de termos autorizados para uso na indexação e busca de documentos.

Assim, a indexação deve, independentemente de qual linguagem utilizar-se, fornecer ao usuário um resultado eficaz, de modo que facilite a difusão da informação. As LDs transformam o conhecimento em informação, como bem

preleciona Nascimento (2008), fazendo um paralelo com as LNs. Nascimento (2008) é feliz quando traduz o objetivo das Linguagens Documentárias dessa maneira. É outra forma de enxergar a LD.

Ainda assim, sabemos que é necessário um conhecimento prévio da estrutura do texto para que a LD seja realizada com sucesso. Tal prerrogativa passa a ser quase uma exigência, principalmente em se tratando de bibliotecas especializadas, onde é importante, como já falamos em momento oportuno, que o profissional conheça o seu local de trabalho para que este possa melhor atender às necessidades daqueles que ali estão para usufruir de um bom atendimento.

1.2 ETAPAS DA INDEXAÇÃO

Não podemos imaginar o curso normal da disseminação informacional sem pensar em indexação. Ela é o ponto-chave de toda uma organização para que tal se mantenha organizada. Não há que se falar em organização informacional sem citar a indexação.

Segundo Slype (1977, *apud* CHAUMIER, 1977), do processo de indexação, podemos partir de quatro prerrogativas. Como etapa primeira da indexação, deve-se tomar conhecimento do que se trata a obra, deixando claro que o que está sendo trabalhado deve ser do conhecimento de quem o faz.

A segunda etapa considerável é a da seletividade. É preciso selecionar qual conceito se encaixa mais precisamente ao que está sendo trabalhado. Torna-se conveniente que o indexador coloque-se sempre no lugar do usuário para que aquele possa enxergar as possibilidades que este usuário poderá utilizar-se para chegar até a informação que procura. É preciso entender o porquê de determinado documento atender a certo público.

A terceira etapa imprescindível para uma boa indexação é a tradução dos conceitos que os profissionais se utilizam para divulgar a informação. A criação de um tesouro (*thesaurus*) é necessária. Trata-se de um verdadeiro tesouro, ajudando a encontrar palavras semelhantes, mas que se adéquam melhor ao que está sendo trabalhado. Os tesouros mostram as diferenças e semelhanças de conceitos extraídos da obra. É uma ferramenta de mérito próprio que dá ao profissional

indexador a possibilidade de oferecer, ao usuário, um leque de opções na hora de sua busca. É mais uma ferramenta facilitadora.

A última, mas não menos importante etapa do processo de indexação, é a incorporação desses elementos sintáticos. Faz-se mister analisar a importância do conceito dado a determinado assunto. Ou seja, cabe ao profissional Bibliotecário descrever a obra trabalhada de forma que os consulentes obtenham a informação da qual necessitam. Os descritores têm de incorporar a obra, têm de servir de caminho para o que ali contém.

A NBR 12.676 de 1992, assim como os autores citados, traz a importância de haver um apego maior a alguns pontos mais ricos do texto. Traz, ainda, a importância da conhecida “leitura técnica”, que é aquela leitura rápida, em que são apurados os pontos mais importantes da obra.

Leitura técnica é aquela que busca os principais elementos da obra em análise para representá-lo. Os principais elementos são, dentre outros, o assunto e o autor.

Para Kato (1995, *apud* SANTOS, 2009):

O leitor usa alternadamente dois processos de leitura, dependendo da complexidade do texto. O processo ascendente (botton-up) corresponde a uma leitura linear, vagarosa, palavra por palavra se necessário e o processo descendente (top-down) ocorre quando decodifica palavras, estruturas e conceitos familiares ou previsíveis no texto. A leitura documentária normalmente, utiliza o processo descendente.

O leitor/indexador identifica uma sequência de letras e palavras dando significados a estas, o que faz desta técnica uma ótima ferramenta para a própria leitura técnica, tendo em vista que dessa forma a leitura passará a ser rápida.

Atualmente, e dentre o que foi explanado, temos uma breve ideia do procedimento pelo qual passa a indexação. O que antes se dividia em quatro etapas, como brevemente examinado, hoje passa a ter apenas duas, mas que seguem a mesma linha do procedimento trabalhado outrora. Desta forma, podemos separar a indexação em duas etapas: a indexação manual e a indexação automática.

A indexação manual é subdividida em análise conceitual e tradução, na visão de Lancaster (2004) e de Bruzinga et al. (2007), a seguir comentados. Já a

indexação automática é subdividida em indexação por extração automática e indexação por atribuição automática.

A indexação manual não é considerada o meio mais ágil para a disseminação informacional, já que seu processo é lento, como o próprio nome diz, é feito manualmente, um a um, sendo necessária uma leitura e uma análise aprofundada de cada documento, consumindo o tempo do profissional indexador. Além da morosidade no procedimento, a inconsistência quanto ao que é indexado preocupa a classe de Bibliotecários. Borko (1977 *apud* GUEDES, 1994, *apud* BRUZINGA et.al., 2007, p.183) descreve esta inconsistência como sendo:

a inconsistência interindexadores (diferentes indexadores atribuindo diferentes termos-índice a um mesmo conceito/documento) e intraindexador (o mesmo indexador atribuindo diferentes termos-índice a um mesmo conceito/documento, em diferentes momentos).

Quanto à indexação automática, esta é tida como menos complexa, já que o fator tempo é poupado. Ainda que seja feita a indexação obra por obra, como na indexação manual, a indexação automática tem como aliado uma memorização de palavras e conceitos já utilizados anteriormente e que foram guardados no meio digital que é utilizado para indexar os documentos, auxiliando o indexador e tornando o trabalho mais hábil.

1.2.1 Indexação por extração automática e indexação por atribuição automática

Na indexação por extração, os termos são extraídos do próprio documento. Estes termos são selecionados e servem para representar o conteúdo de determinado documento, diferentemente do que ocorre com a indexação por atribuição automática.

Com a indexação por extração, tal extração é feita para definir determinado documento.

Bruzinga et. al. (2007, p.183-184) descreve as etapas que essa indexação segue:

Os sistemas baseados em indexação por extração automática realizam, basicamente, as seguintes tarefas: (1) contar palavras num texto; (2) cotejá-las com uma lista de palavras proibidas; (3) eliminar palavras não significativas (artigos, preposições, conjunções, etc.); (4) ordenar as palavras de acordo com sua frequência.

Ou seja, percebe-se que todas as informações utilizadas na indexação partem diretamente da obra analisada.

Na indexação por atribuição, os termos que vêm a representar o documento são aqueles vindos de outra fonte que não o próprio documento, de uma fonte externa. Uma dessas fontes é o próprio indexador. Pode-se dizer, também, que a partir de um vocabulário controlado é possível fazer uma indexação por atribuição, já que o vocabulário controlado é aquele que hierarquiza os conceitos e representa áreas temáticas.

Tal forma de indexar, por atribuição, é tida como a mais complexa, já que, segundo Bruzina et al (2007, p.184):

[...] para a representação do conteúdo temático é necessário um controle terminológico. Deve-se desenvolver, para cada termo atribuído, um 'perfil' de palavras ou expressões que costumam ocorrer nos documentos.

Dessa forma, fica visível a característica da indexação por atribuição automática. Como explicado anteriormente, as fontes utilizadas são externas. Atribui-se alguma denominação àquele assunto a partir de outras fontes que não o próprio documento trabalhado.

1.3 LEITURA DOCUMENTÁRIA

Sabe-se que a indexação facilita o processo de recuperação da informação, como já dito anteriormente. Para dar início a esse processo de fornecimento de informações, temos a Leitura Documentária (LD).

É preciso otimizar o tempo do usuário, e, para tanto utiliza-se a LD como meio para que a informação seja disseminada de forma mais ágil.

Segundo Fujita (2004, s.p.):

Qualquer processo de compreensão de texto escrito é, portanto, um ato de comunicação que envolve três variáveis: o leitor munido de objetivos para a leitura, o texto contendo as ideias do autor e o contexto composto de elementos influentes na leitura.

A LD permite a análise do texto para indexação. Os resultados dessa análise vão depender da interação de três variáveis: o texto, o contexto e o leitor; onde o leitor intermedia a comunicação entre o contexto e o texto. Neste contexto o Bibliotecário, como leitor profissional que o é, precisa entender o processo de comunicação no qual o texto foi criado.

Para Santos (2009, p.6):

A leitura documentária permitirá identificar aspectos externos do documento que fornecerão as informações referentes ao contexto do mesmo e a identificação de aspectos internos do texto com relação a sua estrutura e conteúdo.

É a forma de o Bibliotecário expressar, de expor, aquilo que é “implícito” aos olhos do usuário, fazendo com que o mesmo tenha acesso a informações ali contidas que talvez desconhecesse, e assistindo àqueles que as buscam.

Como veremos a seguir, ao indexador é delegada a tarefa de intermediar o acesso à informação ao usuário.

1.4 INDEXADOR

Analisando um estudo de Boccato (2012) onde a mesma explana acerca do contexto sociocognitivo do indexador, conseguimos enxergar o que há muito tempo é passado para a humanidade.

Desde os primórdios temos conhecimento acerca daquilo que o homem tenta expressar e de que forma o faz para consegui-lo. A Psicologia Cognitiva tem um papel relevante nesse aspecto, e traça o pensamento, e outros, como meio de o mesmo desenvolver suas atividades. É o que bem assevera Sternberg (2008 apud BOCCATO, 2012) ao descrever que a Psicologia Cognitiva: "trata do modo como as pessoas percebem, aprendem, recordam e pensam sobre a informação".

Temos como indexador o profissional que cataloga, classifica e indexa algum documento. É aquele que analisa o assunto do documento em questão, é, ainda, aquele que compreende, ou tenta compreender, de modo geral, o documento apresentado para então descrever seu teor de forma que a informação seja recuperada e disseminada eficazmente.

Boccatto (2012) assevera:

[...] as visões holística e coletiva do bibliotecário indexador são privilegiadas, contribuintes para a definição de um tratamento temático da informação e na modelagem de sistemas de recuperação da informação. A partir dessa concepção, a área de Ciência da Informação volta-se para uma dimensão teórica focada por abordagens interpretativas, centradas no aspecto semântico e no contexto social da informação, do bibliotecário indexador e do usuário.

Analisando o que Boccatto (2012) nos apresenta, percebemos a relevância do papel desempenhado pelo Bibliotecário indexador. Quando ela fala na visão holística, temos a dimensão desta atividade. A necessidade de entender o fenômeno informação e o modo pelo qual esta será passada para os consulentes. A Ciência da Informação centrada na significação do que o Bibliotecário, a informação e o usuário representam transparece verdadeiramente o papel do profissional disseminador de informações.

A NBR 12.676 de 1992 (NB 1419) aconselha ao profissional indexador apegar-se a alguns pontos de destaque que podem auxiliá-lo a proceder de forma mais eficiente. Assim, palpita que aquele tenha seu enfoque voltado para o título e subtítulo; no resumo (se houver); no sumário; na introdução; nas ilustrações, nos diagramas, nas tabelas e títulos explicativos; nas palavras ou grupos de palavras em destaque; e nas referências bibliográficas.

Segundo Borba (2006, p.24):

[...] não é possível leitura integral do documento em virtude do pouco tempo de que o indexador dispõe e a totalidade do acervo de uma biblioteca. O indexador não tem que, necessariamente, representar com termos de indexação todos os conceitos identificados durante o exame do documento. Os conceitos deverão ser selecionados conforme os objetivos da utilização dos termos.

Um ponto relevante a se destacar é a importância do indexador conhecer bem o ambiente de trabalho para o qual prestará serviço. No caso concreto aqui apresentado, o indexador tem de conhecer bem a área jurídica, tem de entender aquilo pelo o que os usuários buscam. Assim, numa biblioteca jurídica, é de suma importância inteirar-se acerca da linguagem jurídica para melhor auxiliar o usuário quando da disseminação informacional.

Analisar o assunto da obra que será indexada é determinante para que a indexação seja concluída com êxito, evitando assim, que a informação ali colocada não esteja incompleta, obstaculizando a difusão informacional. O profissional tem de seguir uma metodologia adequada para que o usuário possa recuperar a informação desejada.

O indexador dá identidade às obras ainda não indexadas. Elas são o que têm que ser, e o profissional trabalha essa ferramenta intelectual. Este profissional rebusca essa característica quando da indexação, para que o faça da melhor maneira possível, acertadamente, garantindo ao usuário um aproveitamento satisfatório da informação ali contida sem que este precise ler o documento no ato da procura pela informação, fazendo-se necessária apenas a remissão ao que o indexador trabalhou. Assim, “a finalidade da Ciência da Informação é possibilitar a comunicação de informações entre seres humanos” (BUSH, 1945 *apud* BOCCATO, 2012, p.70)

O papel do indexador, por assim dizer, é interpretar os textos que lhe são apresentados e recuperar a informação contida dando “equivalência de sentido” (Santos, 2009, p.2) ao que foi interpretado.

De modo geral, o indexador faz uma leitura rápida do texto analisando o início e o fim de cada capítulo, atendo-se ao título, resumo, índice e seções. Procura, ainda, as partes substanciais do documento para que possa traduzir a informação ali contida e caracterizá-la como primordial para o desenvolvimento da LD.

2 TRILHA METODOLÓGICA

Considerando o exposto, optamos pela pesquisa qualitativa que, segundo Manning (1979, p.520):

Compreende um conjunto de diferentes técnicas interpretativas que visam a descrever e a decodificar os componentes de sistemas complexos de significados. Tem por objetivo traduzir e expressar o sentido dos fenômenos do mundo social; trata-se de reduzir a distância entre indicador e indicado, entre teoria e dados, entre contexto e ação.

Logo, a pesquisa qualitativa, tem por objetivo traduzir e expressar o sentido dos fenômenos do mundo social. Trata-se de reduzir a distância entre indicadores e indicados, entre teoria e dados, entre contexto e ação (CHRISTIANS, 2006).

O método escolhido para a realização da investigação é a pesquisa descritiva por permitir a observação, o registro, a análise e a correlação dos fatos. (MARCONI; LAKATOS, 2002, p. 20)

Quanto ao método descritivo, Passipieri (2006) aborda-o como um método de estudo não experimental, como veremos a seguir:

Este é um método descritivo de estudo e não experimental. Ele é realizado por um observador externo e envolve o registro, com detalhes e profundidade, sobre um indivíduo ou grupo de indivíduos.

Para dar início à pesquisa de campo escolhemos as obras que seriam indexadas e preparamos um itinerário para seguirmos e apresentar tais obras aos BJs que seriam posteriormente entrevistados. Após selecionarmos quais Bibliotecas iríamos nos dirigir, preparamos as perguntas e colocamos os BJs a par do que estava sendo pesquisado.

Os títulos foram apresentados aos BJs e estes ficaram à vontade, por tempo indeterminado, utilizando-se de diversas fontes para realizarem tal atividade. Ao terminarem a indexação, estes responderam às perguntas que lhe foram feitas.

2.1 INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO

A técnica de coleta de dados eleita foi a entrevista, por permitir a proximidade da pesquisa com a atuação do profissional na área de indexação.

Com o objetivo de uma abordagem social, a entrevista permite a coleta dos dados para a resolução de um problema social. Ela propõe uma conversação realizada face a face com o entrevistado.

Segundo Marconi e Lakatos (2002, p. 93)

A entrevista é importante instrumento de trabalho nos vários campos das ciências sociais ou de outros setores de atividades, como da sociologia, da antropologia, da psicologia social, da política, do serviço social, do jornalismo, das relações públicas, da pesquisa de mercados e outras.

Para nossa pesquisa (ver apêndice), optamos trabalhar com a entrevista padronizada (estruturada) que tem como característica o roteiro que é seguido pelo entrevistador, construído de forma prévia, onde as perguntas aos indivíduos da pesquisa são predeterminadas. Ela é elaborada por formulário e aplicada em pessoas escolhidas dentro do universo a ser explorado.

Magalhães (2007) explicita a respeito da natureza da entrevista padronizada/estruturada:

A natureza da entrevista pode ser classificada em relação à estrutura e a profundidade. Referente à estrutura a entrevista pode ser padronizada ou estruturada, quando apresenta uma sequência de perguntas pré-determinadas.

Destacamos que a identidade dos entrevistados será mantida em sigilo.

2.2 UNIVERSO

O universo da pesquisa constituiu-se de 5 (cinco) Bibliotecários que exercem sua função em Bibliotecas Jurídicas na cidade de João Pessoa.

2.3 CAMPO DA PESQUISA

Delimitamos como campo de nossa pesquisa cinco Bibliotecas Jurídicas na cidade de João Pessoa, quais sejam: Biblioteca do Centro de Ciências Jurídicas – CCJ/UFPB; Biblioteca do Ministério Público da Paraíba – MP/PB; Biblioteca do Tribunal de Justiça da Paraíba – TJ/PB; Biblioteca do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba – TRE/PB e; Biblioteca do Tribunal Regional do Trabalho – TRT 13ª Região.

2.3.1 Biblioteca do Centro de Ciências Jurídicas – CCJ/UFPB

O Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal da Paraíba - SISTEMOTECA – é um conjunto de Bibliotecas integradas sob os aspectos funcional e operacional, tendo por objetivo a unidade e harmonia das atividades educacionais, científicas tecnológicas e culturais da UFPB, voltadas para a coleta, tratamento, armazenagem, recuperação e disseminação de informações, para o apoio aos programas de ensino, pesquisa e extensão.

O SISTEMOTECA compreende a Biblioteca Central e as Setoriais cujas atividades principais das setoriais serão:

a) exercer a função gerencial através do desenvolvimento das funções de: planejar, organizar, coordenar, controlar e avaliar as ações da Biblioteca Setorial em observância às diretrizes do SISTEMOTECA.

b) exercer atividades executivas dos processos técnicos em observância às diretrizes e normas oriundas do SISTEMOTECA;

c) efetuar o atendimento ao público nas suas respectivas sedes;

d) realizar atividades de seleção e outras complementares no tocante à aquisição de material documental conforme as orientações do SISTEMOTECA;

e) supervisionar e manter o empréstimo especial no âmbito de suas respectivas jurisdições;

f) sugerir modificações no funcionamento do SISTEMOTECA.

Inserida neste contexto, a Biblioteca do CCJ é composta por dois Bibliotecários e nove técnicos-administrativos. Ainda sob sua responsabilidade está

a Biblioteca do Campus de Santa Rita, que conta com um Bibliotecário e dois técnicos-administrativos.

Seu funcionamento tem horário regular de Segunda a Sexta-feira das 07h e 30m às 21h e 30m.

Os serviços oferecidos são:

- Empréstimo de livros;
- Elaboração de fichas catalográficas para alunos concluintes da Graduação em Direito;
- Pesquisa no acervo.

As obras pertencentes a este acervo são descritas com a sigla CCJ_MON. Por ser uma Biblioteca Universitária, a Biblioteca do CCJ/UFPB comporta diversas áreas do Direito, ao contrário das demais Bibliotecas que foram analisadas.

Não possuindo uma missão própria e específica, acreditamos que se utiliza da missão da BC/UFPB, qual seja: “Dar suporte informacional aos programas de ensino, pesquisa e extensão da UFPB.”.

2.3.1.1 Setor de indexação

Apesar de haver um espaço para desenvolver tal atividade, não há como conciliar a administração da biblioteca com a atividade da indexação, já que algum dos espaços ficaria sem nenhum responsável. Assim sendo, há local próprio, no entanto tem apenas um profissional para lidar com a atividade de administração e indexação das obras.

O sistema que a Biblioteca do CCJ/UFPB utiliza para indexar as obras é o OrtoDocs, que também é utilizado pela Biblioteca Central (BC) da UFPB. O formato utilizado pelo OrtoDocs é o Marc. O objetivo principal do Marc é o de intercambiar seus registros. Serve, ainda, de base para definir formatos de entrada entre as instituições que o utilizam. No caso aqui apresentado, o intercâmbio dá-se entre a BC e as Bibliotecas Setoriais (BSs).

2.3.2 Ministério Público da Paraíba – MP/PB

A Biblioteca do Ministério Público do Estado da Paraíba funciona no prédio da FESMIP – Fundação Escola do Ministério Público – e em 2004 recebeu o nome do Procurador de Justiça Dr. Hugo Rodrigues dos Santos.

Pela Instrução Normativa Nº. 06/2008, são estabelecidas normas para disciplinar o funcionamento da Biblioteca do MPPB.

As primeiras obras constam do ano de 1937, que foram as *LEX*, são periódicos, e em 1969 a Biblioteca passou a receber os Diários Oficiais.

Composta por uma bibliotecária e duas ajudantes, o espaço é pequeno e o acervo composto por obras desatualizadas, haja vista que os procuradores, seu público alvo, têm sua biblioteca individual, não se fazendo constante a utilização da biblioteca pelos mesmos.

Como a Biblioteca não é habitualmente utilizada, esta sobrevive de doações. Ainda assim, a última aquisição foi no ano de 2011 e a mesma recebeu apenas 36 (trinta e seis) livros jurídicos com edições de 2009 e 2010. Seu acervo é composto por livros, periódicos especializados impressos, obras de referência e mídias.

A catalogação é feita pelo Código *Anglo-American Cataloguing Rules - (AACR2)* e a organização de acordo com a CDU. A CDU que encontramos na Biblioteca do MPPB data do ano de 1976, muito desatualizada. Há outra CDU, xerocada, mas que ainda assim não está atualizada, tendo em vista que esta Xerox é do ano de 1997.

O empréstimo nesta Biblioteca só está disponível para alunos FESMIP, funcionários, promotores e procuradores. Os demais usuários poderão utilizar-se do acervo sem retirar qualquer obra.

A Biblioteca Dr. Hugo Rodrigues dos Santos tem como missão “fornecer aos seus usuários, em tempo hábil, de forma completa e precisa, as informações necessárias ao cumprimento de suas funções no Ministério Público do Estado da Paraíba e ao público em geral.”

O horário de funcionamento da Biblioteca é de Segunda a Quinta-feira, das 07h às 18h, e nas Sextas-feiras, das 07h às 13h.

2.3.2.1 Setor de indexação

Na Biblioteca Dr. Hugo Rodrigues dos Santos não há um espaço definido para que se realize a atividade de indexação, ou seja, não há um setor específico para o desempenho de tal atividade.

Seu espaço físico não é grande o bastante para que possa existir uma sala própria para o setor de indexação.

A indexação é feita manualmente. Não há qualquer *software* ou sistema digital para tal. Todas as obras foram e serão catalogadas em fichas até que um *software* seja disponibilizado. Até a presente data não se obteve um dispositivo para digitalizar as fichas, segundo informações internas, por motivos financeiros.

As fichas são divididas em Catálogo de Autor, Catálogo de Título e Fichário Kardex. O cadastro dos usuários também é feito manualmente.

Como referenciado, o modo pelo qual é feito a indexação é através de Fichas Kardex. Utiliza-se a linguagem controlada da CDDIR – Classificação Decimal de Direito.

Não há sistema computadorizado para nenhum serviço da Biblioteca.

2.3.3 Tribunal de Justiça da Paraíba – TJ/PB

A Biblioteca do TJ/PB originou-se na Presidência do Desembargador Amaro Gomes Carneiro Beltrão, entre 1859 e 1907. É uma biblioteca especializada na área jurídica e objetiva disponibilizar um acervo capaz de atender às necessidades daqueles que o procuram.

Com a Resolução Nº 24, de 27 de junho de 2000, esta passou a denominar-se Biblioteca Desembargador Osias Nacre Gomes.

Localizada no prédio anexo ao Palácio da Justiça, é uma biblioteca especializada, objetivando desenvolver coleções e dispor este acervo bibliográfico da área jurídica, atendendo às necessidades informacionais dos usuários na área jurídica.

A Resolução Nº 2, de 31 de março de 2004 dispôs sobre o funcionamento da Biblioteca Desembargador Osias Nacre Gomes, dando outras providências.

Seu acervo é composto desde o material físico, como livros, até os multimeios, como DVDs e CDs. Visando a praticidade e o conforto dos usuários, suas estantes são deslizantes. O acervo é organizado segundo as normas da CDU

e a catalogação *Anglo-American Cataloguing Rules* – (AACR2). A sinalização das estantes facilita o usuário no momento da busca.

No mezanino da Biblioteca, localiza-se a Coleção de Reservas, que é um acervo destinado a atender os gabinetes dos desembargadores e juízes.

A hemeroteca é um setor que funciona num prédio localizado em outro endereço que não o do próprio Tribunal, podendo ser encontrados Diários Oficiais da União, e do Estado da Paraíba, Diário da Justiça da União e Diário da Justiça do Estado da Paraíba, Jornal A União, Acórdãos, atas e demais documentos.

Na sessão multimídia, o usuário tem acesso aos CDs e DVDs, além das bibliotecas virtuais, disponibilizando computadores, digitações e outros serviços informatizados.

Os usuários são os desembargadores, juízes, servidores do TJ, pesquisadores, estudantes do curso de Direito e a comunidade em geral. Apesar de o público poder utilizar o espaço para estudo e utilizar-se do acervo, não poderá tomar as obras para empréstimo.

A Biblioteca não apresenta uma missão específica.

Tal biblioteca será transferida para outro local. Não se sabe ainda para onde exatamente, mas que será colocada no prédio do próprio Tribunal e não no anexo, onde se encontra atualmente.

Seu funcionamento dar-se de Segunda a Quinta-feira, das 07h às 18h, e nas Sextas-feiras, das 07h às 13h.

2.3.3.1 Setor de indexação

O setor de indexação tem suas atividades desenvolvidas conjuntamente com as demais atividades. Já se foi solicitado, pela bibliotecária responsável, um espaço adequado para desempenhar essa atividade.

A bibliotecária conta que quando chegam obras para serem indexadas a biblioteca fica um caos, pois não há espaço suficiente para acomodar as obras que estão por indexar.

Espera-se que com o novo local para qual irá ser transferida, haja um espaço exclusivo para este serviço.

O sistema que a Biblioteca Desembargador Osias Nacre Gomes utiliza é o SIAB – Sistema de Automação de Bibliotecas.

Segundo o Portal SIAB:

O **SIABI** é um sistema completo, ideal para **Instituições de Ensino** avaliadas pelo **MEC**, **Memoriais**, **Museus** e **Bibliotecas Especializadas em Direito**. [...] Apesar do rigor técnico, é o sistema **mais fácil de utilizar do mercado**, pois não exige do Bibliotecário o conhecimento prévio do formato MARC-21 para poder catalogar. [...] Um grande diferencial do **SIABI** é a **Interface WEB** com renovação e reserva de materiais, divulgação de noticiais, acervo, horário de funcionamento, visualização das **CAPAS**, **GALERIA de FOTOS** e acesso ao inteiro teor.

2.3.4 Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba – TRE/PB

A Biblioteca do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba batizada como Procurador João Jurema recebeu seu primeiro documento no ano de 1994, e só no ano de 2007 teve seu primeiro Bibliotecário.

Localizada no primeiro andar daquela Corte, a Biblioteca possui apenas um Bibliotecário que conta com a ajuda de outros dois funcionários.

Utiliza-se a Classificação Decimal de Direito – (CDDIR), que é aquela desenvolvida pela bibliotecária e bacharela em Direito Doris de Queiroz Carvalho para aprofundar a classificação da classe 340 – Direito – na Classificação Decimal de Dewey (CDD). Utiliza-se, ainda, o Tesouro da Justiça Eleitoral, que padroniza o tratamento técnico dos conteúdos auxiliando na busca da informação. Há também o Vocabulário Controlado – (RVBI), que é uma cooperativa de bibliotecas coordenadas pelo Senado Federal, priorizando a área do Direito, promovendo o intercâmbio bibliográfico entre os órgãos.

Através do Portal do Senado Federal:

A Rede Virtual de Bibliotecas - Congresso Nacional - RVBI é uma rede cooperativa de bibliotecas, coordenada pela Biblioteca do Senado Federal, que agrega recursos bibliográficos, materiais e humanos de quatorze bibliotecas da Administração Pública Federal e do governo do Distrito Federal, dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, com o objetivo de atender às demandas de informações bibliográficas de seus órgãos mantenedores. [...] O acervo registrado na base de dados bibliográfica da RVBI tem como prioridade temática a área do Direito, especificamente doutrina, mas abrange, também, outras áreas das Ciências Humanas e Sociais. Cada Biblioteca da Rede possui uma base administrativa com os dados particulares de sua coleção, usuários, fornecedores, etc.

O *Automated Library Expandable Program* - Aleph é um sistema israelense desenhado para gerenciar Bibliotecas e Centros de Informações. Além das várias instituições que o utilizam, o Senado Federal, o Supremo Tribunal Federal e o Tribunal Superior Eleitoral utilizam-se do Aleph. É através deste que o usuário desfrutará de serviços *on-line*.

O Sistema de Atendimento Bibliotecário – (SAB) é o programa de cadastro de usuários, de livros, de periódicos e de movimentações na Biblioteca. É um sistema local desenvolvido pelo próprio Tribunal.

A Rede de Bibliotecas da Justiça Eleitoral - REJE, também empregada por esta Biblioteca, é o sistema utilizado para digitalizar instruções normativas, e é um sistema nacional.

Apesar de não ter uma missão específica, o Bibliotecário utiliza-se da competência do art. 2º da Portaria de Nº 215/97 da coordenação de jurisprudência e documentação como a missão para tal biblioteca. Qual seja: “à Biblioteca compete promover a aquisição, divulgação, guarda e catalogação de material bibliográfico e realizar outros serviços inerentes à área de Biblioteconomia.”.

O horário de funcionamento da Biblioteca segue o mesmo horário do Tribunal: de Segunda a Quinta-feira, das 12h às 19h, e na Sexta-feira das, 07h às 14h.

2.3.4.1 Setor de indexação

Na Biblioteca Procurador João Jurema não há espaço específico para a atividade de indexação, sendo utilizado o espaço comum da biblioteca para o desempenho de tal serviço.

Esta biblioteca tem seu espaço físico pequeno, dividindo, ainda, este com outras seções para indexação de jurisprudências.

Assim, não há espaço suficiente para desempenhar a atividade de indexação em um setor próprio.

Como sistema de indexação a Biblioteca do TRE/PB utiliza a CDDIR e o tesauro RVBI, acima explanados.

2.3.5 Tribunal Regional do Trabalho – TRT/13ª Região

Criada em 1985, juntamente com a instalação do TRT-13ª Região, e localizada no Parque Solon de Lucena, 389 – Centro, João Pessoa/PB, a Biblioteca deste Tribunal está vinculada ao Serviço de Documentação e Arquivo, subordinada à Secretaria Judiciária e não localiza-se na sede do Tribunal. Na década de 90, duas bibliotecárias foram nomeadas ao cargo através de concurso público, organizando e preparando o acervo para atender ao público interno e externo.

Apesar de o acesso ao acervo ser livre para magistrados, servidores, dependentes, estagiários e ao público em geral, este último não poderá realizar empréstimo. Entretanto, é permitida a consulta e Xerox de obra que o interesse.

Denominada Biblioteca Sociólogo Odilon Ribeiro Coutinho, em homenagem ao paraibano sociólogo, historiador e escritor, pelo então presidente Juiz Afrânio Neves de Melo.

Em 2006, o Sistema de Automação de Bibliotecas – SIABI foi implantado. Este *software* inovou o gerenciamento da Biblioteca Jurídica. Com a interface *WEB*, os usuários cadastrados podem reservar e renovar o material bibliográfico.

A Biblioteca Sociólogo Odilon Ribeiro Coutinho tem a missão de: “promover aos usuários do TRT 13ª Região e público em geral, acesso à informação jurídica e ao conhecimento, contribuindo no exercício da cidadania.”.

Composto por livros, monografias, folhetos, relatórios, etc.; sendo a maioria destes voltados para a área trabalhista, o acervo está classificado pela Classificação Decimal Universal - (CDU), sendo disponibilizado via intranet e internet. A intranet é o meio pelo qual os funcionários de determinado local, seja ele público ou privado, têm acesso à Rede por meio de senha individual, onde as filiais comunicam-se com as sedes. Por meio da intranet, funcionários de Tribunais Regionais conseguirão acessar a intranet de outros Tribunais Regionais, compartilhando, assim, informações.

O atendimento aos usuários na Segunda-feira, é das 10h às 17h; e da Terça à Quinta-feira, das 7h às 17h e na Sexta-feira, das 7h às 14h.

2.3.5.1 Setor de indexação

O setor de indexação funciona conjuntamente com os demais setores da Biblioteca.

A bibliotecária responsável utiliza-se do Tesouro do Direito do Trabalho do TRT 4ª Região e do (SIABI), que foi desenvolvido pela empresa WJ Informática Ltda., no Rio Grande do Norte, e que é utilizado por todas as Bibliotecas dos TRTs, das 24 Regiões, sendo também utilizado pela Biblioteca do Tribunal de Justiça, anteriormente comentado.

2.4 PERÍODO DE REALIZAÇÃO

A pesquisa desenvolveu-se entre os meses de março e abril de 2013 nos três turnos: manhã, tarde e noite; a depender da flexibilidade nos horários dos Bibliotecários para serem entrevistados.

Para preservação do anonimato dos entrevistados, utilizamo-nos da sigla (BJ) – Bibliotecário Jurídico, e números. Este cuidado ajuda no processo de interpretação e análise dos dados.

3 ANÁLISE DOS DADOS

Nesse capítulo são apresentados os resultados obtidos a partir da análise dos dados coletados. É importante lembrar que a descrição dos elementos propostos, foi aceita como verdade apenas para este caso no período o qual esta pesquisa foi desenvolvida.

Como ponto de partida utilizaremos o software OrtoDocs, para o sorteio aleatório dos títulos a serem indexados pelos Bibliotecários Jurídicos da cidade de João Pessoa. A escolha justifica-se pela familiaridade com o uso do software, que é o utilizado pela Biblioteca Central (BC) da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, da qual faço parte do corpo discente.

O OrtoDocs é um sistema para informatização de bibliotecas individuais ou interligadas em redes, com todas as suas atividades integradas: catalogação segundo o padrão AACR2 para todos os tipos de materiais; controle patrimonial, de circulação e de periódicos, pesquisa bibliográfica, aquisição de materiais, importação e exportação de dados e geração de relatórios, utilizando o software ReportSmith, tornando possível as saídas de dados impressas de acordo com as peculiaridades e necessidades de cada biblioteca.

A escolha dos títulos foi aleatória, onde elegemos quatro áreas distintas do Direito, à saber: Direito da Criança e do Adolescente; Direito Civil; Medicina Legal e Direito Penal.

O quantitativo de descritores para cada título não foi estabelecido.

AUTORIA: Carvalho, Jeferson Moreira de.

TÍTULO: Adoção Internacional / estatuto da criança e do adolescente e convenção de Haia / Jeferson Moreira de Andrade.-

EDIÇÃO: 2.ed. revista e atualizada

IMPRESSÃO: Belo Horizonte : Del Rey, 2012.

DESCRIÇÃO FÍSICA: 90p.-

ASSUNTOS:

NÚMERO DE CHAMADA: 347 C331a 2.ed.

SIGLA DO ACERVO: CCJ_MON

Tela 1: Livro 1

Fonte: Dados da Pesquisa, 2013

“Adoção Internacional: Estatuto da Criança e do Adolescente e Convenção de Haia” de Jeferson Moreira de Carvalho explana acerca deste assunto que se mantém atual, a adoção internacional. Tal obra foca sua análise na adoção internacional, ainda que faça menção às demais formas de adoção. Seguidas de comentários, a obra facilita a aplicação da Convenção de Haia e da aplicação desta modalidade adotiva. A presente obra ressalta a importância da adoção internacional e facilita a leitura sobre o tema.

Os cinco Bibliotecários Jurídicos indexaram a obra escolhidas e chegaram à seguinte relação de assuntos:

	Descritor 1	Descritor 2	Descritor 3	Descritor 4	Descritor 5
BJ 1	Direito Internacional	Adoção	Adoção Internacional	Estatuto da Criança e do Adolescente	Convenção de Haia
BJ 2	Direito Internacional – Adoção	Estatuto da Criança e do Adolescente	-	-	-
BJ 3	Adoção Internacional	Adoção	-	-	-
BJ 4	Adoção	Estatuto da Criança e do Adolescente	Convenção de Haia	Lei 8.069/1990	-
BJ 5	Estatuto da Criança e do Adolescente	Menores	Adoção Internacional	Direito Comparado	-

QUADRO 1: Indexação do livro “Adoção Internacional: estatuto da Criança e do Adolescente e Convenção de Haia”

Fonte: Dados da Pesquisa, 2013.

Ao analisarmos os descritores escolhidos pelos Bibliotecários Jurídicos, verificamos a verossimilhança entre os assuntos atribuídos às obras que lhes foram apresentadas. Observamos, ainda, que os profissionais Bibliotecários poderiam ter ido além do que o título da obra oferece. Talvez, o que mais tenha se aprofundado

tenha sido o Bibliotecário Jurídico 4, que utilizou-se da numeração da Lei para designar o Estatuto da Criança e do Adolescente de maneira distinta.

É certo que todos os Bibliotecários descreveram a obra de maneira unitária. Nenhum deles desvirtuou-se do caminho que deveriam seguir, sem descrevê-la como algo que não fizesse parte da obra.

Concluimos que a respeito do livro sobre Adoção Internacional os Bibliotecários Jurídicos foram fiéis ao que a obra representa. Talvez pudessem ter se aprofundado mais e levantar questões possivelmente utilizadas para busca.

AUTORIA: Gonçalves, Carlos Roberto.

TÍTULO: Direito civil brasileiro : v.6 / Direito de família / Carlos Roberto Gonçalves.-

EDIÇÃO: 8.ed. revista e atualizada

IMPRESSÃO: São Paulo : Saraiva, 2011.

DESCRIÇÃO FÍSICA: v.6

NOTAS: v.6 direito de família

ASSUNTOS:

NÚMERO DE CHAMADA: 347(81) G635d 8.ed.

SIGLA DO ACERVO: CCJ_MON

Tela 2: Livro 2

Fonte: Dados da Pesquisa, 2013

“Direito Civil Brasileiro: Direito de Família” do autor Carlos Roberto Gonçalves, trata da sexta parte do Direito Civil que é o Direito de Família. Direito este que preconiza a respeito do seio familiar, seus direitos e deveres. O autor estabelece a evolução deste direito, antes consistido apenas através do casamento. Dentre outros assuntos referentes à tal modalidade, a obra abarca de maneira marcante tal evolução, desde o Código de 1916 até o vigente Código de 2002. Trata ainda sobre a relação homoafetiva e as novas determinações acerca desta nova forma de família.

Após a indexação dos Bibliotecários Jurídicos, temos como assuntos os seguintes descritores:

	Descritor 1	Descritor 2	Descritor 3	Descritor 4	Descritor 5	Descritor 6
BJ 1	Direito Civil	Brasil	Direito de Família	-	-	-
BJ 2	Direito Civil – Brasil	Direito de Família – Brasil	-	-	-	-
BJ 3	Direito de família	-	-	-	-	-
BJ 4	Direito de família	Direito Pessoal	Direito Patrimonial	União Estável	Tutela	Curatela
BJ 5	Direito Civil – Brasil	Direito de família	-	-	-	-

QUADRO 2: Indexação do livro “Direito Civil Brasileiro: direito de Família”
Fonte: Dados da Pesquisa, 2013.

Seguindo a mesma linha de raciocínio, os Bibliotecários Jurídicos utilizaram informações bastante semelhantes ao descreverem o livro de Direito Civil. Ao analisarmos o quadro de descritores vemos que todos os Bibliotecários descreveram-no como “Direito de família”, e pelo menos metade descreveu-a também como “Direito Civil”.

Notamos que alguns foram mais sucintos que outros, mas que a pesquisa sobre esta obra seguiu uma mesma linha de raciocínio.

AUTORIA: França, Genival Veloso de.

TÍTULO: Medicina Legal / Genival Veloso de França.-

EDIÇÃO: 9.ed.

IMPRESSÃO: Rio de Janeiro : Guanabara Koogan, 2011.

DESCRIÇÃO FÍSICA: 694p. : il.-

ASSUNTOS:

NÚMERO DE CHAMADA: 340.6 F814m 9.ed.

SIGLA DO ACERVO: CCJ_MON

Tela 3: Livro 3

Fonte: Dados da Pesquisa, 2013

“Medicina Legal” do professor Genival Veloso de França atribui novas informações sobre as propostas da medicina legal, ajudando na melhoria das perícias médico-legais onde “os elementos integrantes do corpo de delito sejam

devidamente ressaltados no interesse da Justiça como contribuição insubstituível à verdade material que se quer provar.” (Nota do Autor)

A seguir, os assuntos atribuídos pelos Bibliotecários Jurídicos à obra que lhes foi apresentada:

	Descritor 1	Descritor 2
BJ 1	Medicina Legal	Ética Médica
BJ 2	Medicina Legal – Brasil	-
BJ 3	Medicina Legal	-
BJ 4	Medicina Legal	Perícia Médico-legal
BJ 5	Medicina Legal	-

QUADRO 3: Indexação do livro “Medicina Legal”
Fonte: Dados da Pesquisa, 2013.

Diante da avaliação acerca dos descritores, observa-se a similaridade na maneira de indexar destes cinco Bibliotecários. O assunto “medicina legal” se fez presente em todas as pesquisas e marca a indexação do Bibliotecário Jurídico 3, ao indexar tal obra com apenas este descritor.

A obra do professor Veloso foi a que menos obteve assuntos relacionados. Em todas as Bibliotecas utilizadas na pesquisa, os Bibliotecários mal a abriram, utilizando-se apenas do que ali continha no título. Os Bibliotecários Jurídicos 1 e 4 aventuraram-se e expandiram sua visão ao descreverem com mais de uma opção tal obra.

Conclui-se, que o livro de “Medicina Legal” foi a obra mais rápida a ser indexada, sem muitos detalhamentos. Tal fato deve-se à pouca intimidade que os Bibliotecários Jurídicos tinham com o material, tendo-se em vista que este tipo de obra não é encontrada nas Bibliotecas ora avaliadas.

AUTORIA: Bitencourt, Cezar Roberto.
TÍTULO: Tratado de Direito Penal / parte especial 2 / Cezar Roberto Bitencourt.-
EDIÇÃO: 10.ed. de acordo com a Lei 12.033/2009
IMPRESSÃO: São Paulo : Saraiva, 2010.
DESCRIÇÃO FÍSICA: 506p.
ASSUNTOS:
NÚMERO DE CHAMADA: 343 B624t 10.ed.
SIGLA DO ACERVO: CCJ_MON

Tela 4: Livro 4
Fonte: Dados da Pesquisa, 2013

“Tratado de Direito Penal: Parte Especial 2” do jurista Cezar Roberto Bitencourt, trabalha os crimes contra a pessoa e, como critério metodológico, atribuiu um capítulo para cada crime, seguindo a linha do Código Penal. Os delitos previstos neste título vão do artigo 121 ao artigo 154 do Código Penal Brasileiro (CPB).

Observa-se a seguir os assuntos conferidos ao que foi exposto aos profissionais:

	Descritor 1	Descritor 2	Descritor 3
BJ 1	Direito Penal	Brasil	-
BJ 2	Direito Penal – Tratado – Brasil – 2	Parte especial	-
BJ 3	Direito Penal	Crimes contra a pessoa	-
BJ 4	Direito Penal	Crimes contra a pessoa	Responsabilidade penal
BJ 5	Direito Penal	Crimes contra a pessoa	-

QUADRO 4: Indexação do livro “Tratado de Direito Penal parte especial 2”
Fonte: Dados da Pesquisa, 2013.

Mais uma vez analisamos a semelhança quanto a indexação e ao modo de indexar de cada Bibliotecário.

Assim como nas obras anteriores, todos os Bibliotecários utilizaram ao menos um descritor igual. Neste caso o termo “Direito Penal”, que remete ao título, foi aquele utilizado por todos os Bibliotecários Jurídicos.

Novamente, na obra apresentada, os profissionais fizeram uso dos termos descritivos encontrados no título, sem maiores detalhes do que há dentro da mesma.

3.1 ENTREVISTA

Como foi feita a indexação a partir das obras apresentadas para a pesquisa?

BJ 1: “A indexação na Biblioteca Setorial do CCJ é realizada através do sistema OrtoDocs da Biblioteca Central da UFPB, que nos permite importar dados no formato MARC.”

BJ 2: “Usei a tabela CDU junto com o catálogo de assunto daqui da biblioteca. Que é de assunto que é a de indexação.”

BJ 3: “Classificação, catalogação e o sistema SIAB.”

BJ 4: “Sem o auxílio de vocabulário controlado, ou seja, indexação livre, os termos não foram associados no momento da indexação, portanto pós-coordenada.”

BJ 5: “Através da análise do conteúdo foi escolhido o termo de acordo com o assunto do livro para futura recuperação da informação.”

A respeito da pergunta que lhes foi feita, os Bibliotecários Jurídicos (BJ) responderam-na de maneira clara. Em suas respostas explicaram que utilizaram, além dos *softwares* que são implantados em cada biblioteca, os vocabulários controlados que estão ao seu dispor. No caso específico do BJ4, este se utilizou da indexação pós-coordenada, que “[...] são aquelas que combinam ou coordenam os

termos no momento da busca. São utilizadas principalmente em sistemas automatizados.” (ARAÚJO et al, 2011)

Quão relevante é a indexação dentro das bibliotecas jurídicas?

BJ 1: “A indexação nas bibliotecas jurídicas tem sua relevância por trabalhar diretamente na linguagem do documento, traduzindo-a para uma linguagem controlada, vocabulário controlado, viabilizando, assim, uma representação temática do documento, o que permite uma pesquisa eficaz das informações contidas no acervo documental, ou seja, uma boa indexação facilita tanto a busca como a recuperação da informação.”

BJ 2: “Para ter um acesso melhor aos assuntos, porque sem a indexação fica sem localizar os livros na estante. A indexação é o principal.”

BJ 3: “Facilita muito para o empréstimo dos livros.”

BJ 4: “A indexação é essencial no tratamento de jurisprudência e legislação.”

BJ 5: “Muito importante, haja vista a localização rápida do artigo ou livro do assunto pesquisado.”

Sob análise das respostas colhidas para a segunda pergunta, percebemos que foi comum aos BJs a importância da indexação quando da necessidade de recuperação informacional.

Quais obstáculos são encontrados quando se pretende indexar?

BJ 1: No momento da indexação, o único obstáculos encontrado em nossa Biblioteca é o de domínio da língua estrangeira, seja qual for, pois não temos Bibliotecários com conhecimento em outro idioma que não a língua portuguesa.

BJ 2: “Atualização do material da CDU. A que nós temos já não é tão nova, é uma xerox de 1997.”

BJ 3: “Nenhum.”

BJ 4: “A precariedade dos instrumentos especializados como tesouros especializados em direito.”

BJ 5: “Quando o livro trata de assuntos que requerem mais conhecimento de quem está indexando, mas fazendo uma leitura técnica, encontramos os conceitos ou tesouros que vão identificar os assuntos contidos na obra.”

Quando observamos o que foi dito nas respostas referentes à terceira pergunta, notamos que as dificuldades foram as mais diversas. Enquanto uns acreditam não haver dificuldades, outros as expõem de forma que nos mostra claramente o que se enfrenta para que a informação desejada esteja ao alcance do consultante.

As respostas colhidas foram claras e objetivas, sem maiores detalhamentos. Alguns Bibliotecários apresentaram maior agilidade quando desempenhava tal atividade e outros se atinham às obras com mais afinco. Não queremos dizer que um Bibliotecário ágil indexa melhor ou pior que um Bibliotecário mais moroso. Queremos apenas expor como foi realizada a atividade.

Uma dificuldade que encontramos foi quanto à disponibilidade de cada profissional. Era comum não encontrá-los em seus locais de trabalho durante o período da pesquisa. Outra dificuldade foi quanto à localização de determinadas bibliotecas, algumas delas não funcionam em suas sedes e as informações obtidas quanto ao local nem sempre foram as corretas, acarretando o atraso na coleta dos dados.

Para que os Bibliotecários ficassem mais à vontade, não impusemos um limite de descritores para cada um deles. Assim, alguns deles preferiram seguir as regras internas de suas instituições tomando como base o limite de cinco assuntos.

Quando aplicada a entrevista, alguns dos profissionais não se sentiram familiarizados com o que estava sendo-lhes perguntado, mas não houve problema em respondê-las.

Observamos a subjetividade da indexação, quando percebemos a similaridade, ou até mesmo igualdade, nos assuntos que foram utilizados. A diferença encontrada foi na quantidade de assuntos que cada Bibliotecário utilizou-se.

Quanto à receptividade, fomos sempre bem atendidos e os entrevistados colocaram-se à inteira disposição para todo e qualquer tipo de orientação posterior àquele encontro.

GUIA DE (IN)CONCLUSÕES

Com o presente trabalho não se teve a pretensão de esgotar o tema da Leitura Documentária (LD), o que acreditamos, fosse esse nosso objetivo, resultaria em uma tarefa inatingível pela dificuldade em realizar uma efetiva pesquisa acadêmica aprofundada, dispondo de métodos, instrumentos analíticos, e, sobretudo, de tempo. Além disto, a temática possui muitas peculiaridades teóricas, conceituais e operacionais transformando-se num mosaico analítico rico em premissas, possibilidades e efeitos.

A indexação toma forma a partir da análise do texto que é apresentado ao Bibliotecário, no nosso caso, ao Bibliotecário Jurídico. Tal análise é denominada de Leitura Documentária, as conhecidas LDs. Assim, vemos que sem uma indexação adequada a informação não terá como ser disseminada, já que o usuário procurará por determinado assunto e não o encontrará, ou encontrará algo que não se encaixe naquilo que ele busca. É preciso ter conhecimento daquilo que está sendo trabalhado. É preciso saber do que se trata a obra que está sendo indexada.

Nas bibliotecas jurídicas que visitamos é possível observar que os assuntos não são tão detalhados quanto os de outras áreas do conhecimento. No Direito, os títulos das obras falam por si só, não há uma subjetividade naquilo que se olha na capa.

Apesar disto, é imprescindível que o Bibliotecário faça uma leitura técnica nas obras ali apresentadas, pois é preciso compreensão daquilo que está sendo indexado. O indexador precisa encontrar descritores que sejam compatíveis com o que o autor propõe.

Essa leitura não precisa ser aprofundada, precisa apenas ser suficiente para que dela saiam termos descritivos capazes de guiar o usuário no momento de sua busca pela informação desejada.

O que nos chamou a atenção quando da leitura prévia para a elaboração deste foi a questão da subjetividade que cada Bibliotecário indexador carrega consigo. A individualidade no momento de desempenhar seu papel. Um segundo ponto que nos chamou muito a atenção foi o fato de que ao analisarmos os quadros de descritores vemos que quase não há subjetividade. Analisando outros trabalhos que seguem a mesma linha deste, vimos que há uma tamanha

divergência entre os Bibliotecários. Analisamos demais pesquisas e chegamos a conclusão de que isto era corrente no que concerne à área jurídica.

A obra que talvez levantasse mais dúvidas seria a sobre “Adoção Internacional”, já que adoção internacional está inserida no Direito Civil, ainda que de forma sumária, no Direito Internacional, igualmente, mas principalmente no Direito das crianças e adolescentes. Entretanto, os Bibliotecários Jurídicos não tiveram dificuldades e indexaram-na com aquilo que aparecia no título. Não há que se falar em indexação correta ou incorreta, talvez haja falhas possivelmente corrigíveis. A obra indexada não a foi erroneamente, mas os Bibliotecários poderiam ter sido mais abrangentes ao descrevê-la.

Nosso caminho foi trilhado pela prática exercida em todas as bibliotecas anteriormente citadas. Pudemos observar o quão rápida se deu a indexação das quatro obras apresentadas, ainda que na base de dados daquela biblioteca não houvesse sequer um dos livros inserido. Neste caso, o Bibliotecário optou por procurar em tesouros que a instituição utiliza, não o encontrando, o fez de forma livre.

Um fator que nos chamou atenção foi a precariedade que algumas Bibliotecas apresentaram. Algumas delas, como a do Ministério Público, ainda estão com seus catálogos em meio físico, em pleno século XXI, dificultando o trabalho dos profissionais responsáveis e não deixando fluir a informação de maneira rápida e precisa que é o que sugere sua missão. Nenhuma delas apresenta um espaço próprio para o setor de indexação, sendo necessário fazê-la conjuntamente com os demais setores.

É de suma importância a valorização das bibliotecas jurídicas, pois, apesar de estarem contextualizadas em Tribunais e em uma Universidade Federal, as suas obras são desatualizadas - em algumas delas - o acervo ainda é catalogado de forma arcaica, e o volume de obras é pequeno. Fica evidente a incongruência de obras ultrapassadas com o dinamismo do Direito, servindo, portanto, apenas para fazer um estudo comparado.

Propomos melhorias, quais sejam: implantar *softwares* naquelas que ainda não os têm; aumentar o número de profissionais em cada Biblioteca; para cada Biblioteca, ainda que seja mínimo o espaço físico, é necessário ter um setor específico para a indexação.

Propomos, ainda, a criação de um Fórum para discutir as questões que foram trabalhadas, tendo em vista que a indexação não tem sido feita como realmente deve ser. É preciso pormenorizar o desempenho desta atividade, que é de suma importância para a disseminação de informação.

Concluimos, portanto, reconhecendo e enfatizando a importância do exercício do Bibliotecário, que este proporciona aos usuários da biblioteca a informação desejada de maneira rápida, precisa, fácil e acessível, sem maiores burocracias.

APÊNDICE

Perguntas utilizadas na entrevista com os bibliotecários jurídicos.

Pergunta 1: Como foi feita a indexação a partir das obras apresentadas para a pesquisa?

Pergunta 2: Quão relevante é a indexação dentro das bibliotecas jurídicas?

Pergunta 3: Quais obstáculos são encontrados quando pretende-se indexar?

REFERÊNCIAS

ALVARES, Lillian. **Indexação**. Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília. Disponível em: <<http://www.alvarestech.com/lillian/Analise/Modulo4/Aula42indexacao.pdf>>. Acesso em: 10/04/2013

ALVARES, Lillian. Linguagens Documentárias. Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/116813856/Linguagem-Documentaria>

ARAÚJO, Helder Cunha Balbino de et al. Linguagens de indexação: uso das linguagens presentes na prática da indexação. In: XIV Encontro Regional de Estudantes de Biblioteconomia, Documentação, Ciência da Informação e Gestão da informação. 2011, Maranhão. <http://repositorio.ufrn.br:8080/jspui/bitstream/1/6176/1/2011_Nadia.pdf>. Acesso em: 17/04/2013

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal - Parte Especial 2: dos crimes contra a pessoa**. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

BOCCATO, Vera Regina Casari. O contexto sociocognitivo do indexador no processo de representação temática da informação. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**. Florianópolis/SC, v. 17, n. 1, p. 67-86, 2012. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2012v17nesp1p67/22723>>. Acesso em: 12/04/2013

BOCCATO, Vera Regina Casari; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes (Orient.). **Avaliação do uso de linguagem documentária em catálogos coletivos de bibliotecas universitárias: um estudo sociocognitivo com protocolo verbal**. 2009. 223f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade Estadual Paulista, Marília/SP, 2009. Disponível: <<http://www.marilia.unesp.br/Home/Pos->

[Graduacao/CienciadaInformacao/Dissertacoes/boccatovrc_domar.pdf](#)>. Acesso em: 23/04/2013

BORGES, Maria Manuel; Sanz Casado, Elias (Coords.). [A ciência da informação criadora de conhecimento](#). 2009, p. 431-448. v. 1. Disponível em: <http://www.eventos-iuc.com/ocs/public/conferences/1/schedConfs/1/actas_EDIBCIC2009_1.pdf>.

Acesso em: 10/03/2013

BRUZINGA, Graciane Silva; MACULAN, Benildes Coura Moreira dos Santos; LIMA, Gercina Ângela Borém de Oliveira. Indexação automática e semântica: estudo da análise do conteúdo de teses e dissertações. In: VIII ENANCIB - Encontro Nacional De Pesquisa Em Ciência da Informação. 2007, Salvador. Disponível em: <<http://www.enancib.ppgci.ufba.br/artigos/GT2--117.pdf>>. Acesso em: 14/03/2013

CARVALHO, Jeferson Moreira de. **Adoção Internacional: Estatuto da Criança e do Adolescente e a Convenção de Haia**. 2. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2012.

CÔRTE, Adelaide Ramos e, et. al. **Automação de bibliotecas e centros de documentação: o processo de avaliação e seleção de softwares. Ciência da Informação**. Brasília, v. 28, n. 3, p. 241-256, set./dez., 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v28n3/v28n3a2.pdf>> Acesso em: 05/05/2013

FRANÇA, Genival Veloso. **Medicina Legal**. 9. ed. (reimpressão). Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.

FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. A identificação de conceitos no processo de análise de assunto para indexação. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**. Campinas, v. 1, n. 1, p. 60-90, jul./dez., 2003. Disponível em: <<http://eprints.rclis.org/6266/1/Fujita.pdf>>. Acesso em: 25/03/2013

FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. Modelo de leitura documentária para indexação de textos científicos como metodologia de ensino sociocognitiva: análise da aplicabilidade com uso de protocolo verbal com vistas à sua adequação. In:

FUJITA, Mariângela Spotti Lopes; RUBI, [Milena Polsinelli](#); BOCCATO, [Vera Regina Casari](#). O contexto sociocognitivo do catalogador em bibliotecas universitárias: perspectivas para uma política de tratamento da informação documentária. **DataGramaZero - Revista de Ciência da Informação**. Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, abr., 2009. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/abr09/Art_06.htm>. Acesso em: 14/03/2013

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro: direito de família**. 8. ed. (rev. e atual.) São Paulo: Saraiva, 2011.

HENN, Gustavo. Linguagens documentárias igual linguagens artificiais? In: Biblioteconomia para concursos: notícias e análises de concursos públicos na área de biblioteconomia. 2008. Disponível em: <<http://biblioteconomiaparaconcursos.com/2008/05/14/linguagens-documentarias-igual-linguagens-artificiais/>>. Acesso em: 23/04/2013

KOBASHI, Nair Yumiko. Fundamentos semânticos e pragmáticos da construção de instrumentos de representação de informação. **DataGramaZero - Revista de Ciência da Informação**. Rio de Janeiro, v. 8, n. 6, dez., 2007. Disponível em: <http://www.usinadeletras.com.br/exibelotexto.php?cod=172&cat=Teses_Monologos&vinda=S>. Acesso em: 16/03/2013

LANCASTER, F. W. **Indexação e resumos: teoria e prática**. 2. ed. Brasília: Brique de Lemos, 2004.

LARA, Marilda Lopes Ginez de. Linguagem documentária e terminologia. **Transinformação**. Campinas, v. 16, n. 3, p. 231-240, set./dez., 2004.

LIMA, Gercina Ângela Borém. O Modelo Simplificado para Análise Facetada de Spiteri a partir de Ranganathan e do Classification Research Group (CRG). *Información, cultura y sociedad*. n. 11, p. 57-72, jul./dic., 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.org.ar/pdf/ics/n11/n11a03.pdf>>. Acesso em: 10/04/2013

NEVES, José Luis. Pesquisa qualitativa - características, usos e possibilidades. **Caderno de pesquisas em Administração**. São Paulo, v. 1, n. 3, 1996. Disponível em: <<http://www.ead.fea.usp.br/cad-pesq/arquivos/c03-art06.pdf>>. Acesso em: 17/04/2013

PORTAL EDUCAÇÃO. Tipos de entrevista. 2012. Disponível em: <<http://www.portaleducacao.com.br/psicologia/artigos/12410/tipos-de-entrevista>>. Acesso em: 19/03/2013

SANTOS, Cibele Araújo Camargo Marques dos. **A leitura documentária: processo e leitura significativa**. (Trabalho em elaboração e revisão para ser publicado). 2009. Disponível: <<http://bibliotextos.files.wordpress.com/2012/03/a-leitura-documentc3a1ria-processo-e-leitura-significativa.pdf>>. Acesso em: 12/04/2013

SERVIÇO DE REFERÊNCIA. Relação de normas brasileiras de documentação. 2005. Disponível em: <http://www.bu.ufsc.br/normas_brasileiras.html>. Acesso em 09/03/2013

SILVA, Andréia Gonçalves; CINTRA, Anna Maria Marques (Orient.). **Leitura documentária das fontes de informação jurídica**. 2008. 221f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008. Disponível em: <http://www.pos.eca.usp.br/sites/default/files/File/dissertacoes/2008/2008-me-goncalves-silva_andreia.pdf>. Acesso em: 07/03/2013

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ. Secretaria Judiciária. Manual Básico Para Utilização do Sistema ALEPH. Curitiba, 2007. Disponível em: <<http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-pr-biblioteca-manual-do-sistema>>. Acesso em : 17/04/2013

VITAL, Luciane. Indexação de multimeios. 2009. Disponível em: <<http://www.slideserve.com/yitta/indexa-o-etapas>>. Acesso em: 16/04/2013

WIKIPÉDIA. Indexação (Biblioteconomia). Disponível em:
<[http://pt.wikipedia.org/wiki/Indexa%C3%A7%C3%A3o_\(biblioteconomia\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Indexa%C3%A7%C3%A3o_(biblioteconomia))>.

Acesso em: 10/04/2013

TERMO DE RESPONSABILIDADE

Eu, Sara Stefânia Travassos de Brito, discente devidamente matriculada no 10º Período, matrícula nº 10813136, declaro para todos os fins de direito e para salva-guarda da pessoa da minha Professora Orientadora Geysa Flávia Câmara de Lima Nascimento, bem como da Universidade Federal da Paraíba/UFPB, que a monografia intitulada Leitura Documentária: estudo com Bibliotecários Jurídicos na cidade de João Pessoa, é autêntica e foi por mim produzida, submetida à avaliação técnica, correções gramatical e ortográfica, não constituindo cópia ou plágio de qualquer outra pesquisa acadêmica anteriormente realizada.

João Pessoa, _____ de _____ de _____

SARA STEFÂNIA TRAVASSOS DE BRITO (Concluinte)

RG 3.038.226/ SSP-PB